

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

TARCILIA SERRA COSTA

A PRODUÇÃO DE ROÇA COMO SABER TRADICIONAL QUILOMBOLA: Análise sobre o processo das atividades agrícolas na comunidade quilombola Canta Galo em Itapecuru-Mirim, no Maranhão.

SÃO LUÍS – MA
2023

TARCILIA SERRA COSTA

A PRODUÇÃO DE ROÇA COMO SABER TRADICIONAL QUILOMBOLA: Análise sobre o processo das atividades agrícolas na comunidade quilombola Canta Galo em Itapecuru-Mirim, no Maranhão.

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA como requisito a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra

SÃO LUÍS - MA

2023

TARCILIA SERRA COSTA

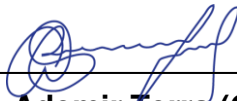
A PRODUÇÃO DE ROÇA COMO SABER TRADICIONAL QUILOMBOLA: Análise sobre o processo das atividades agrícolas na comunidade quilombola Canta Galo em Itapecuru-Mirim, no Maranhão.

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA como requisito a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra

Apresentado em: 10/ 01 /2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ademir Terra (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Antônio Carlos Reis de Freitas (EXAMINADOR 1)

Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOSE SAMPAIO DE MATTOS JUNIOR

Data: 24/01/2023 11:17:00-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

José Sampaio de Mattos Júnior (EXAMINADOR 2)

Universidade Estadual do Maranhão

Costa, Tarcilia Serra.

A produção de roça como saber tradicional quilombola: análise sobre o processo das atividades agrícolas na comunidade quilombola de Canta Galo em Itapecuru-Mirim, no Maranhão / Tarcilia Serra Costa. - São Luís, 2022.

41 f

Trabalho de conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Geografia Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra.

1.Quilombola. 2.Roça. 3.Território. 4.Saber tradicional. 5.Canta Galo.
I.Título.

CDU: 911.372.2:[631:316.35](812.1)

*Dedico essa monografia
aos meus pais, e a minha família.*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a importância e como a produção de roça associa-se a um saber tradicional quilombola, na comunidade quilombola de Canta Galo, no município de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, localizada entre a BR 135 e estrada de ferro Carajás a 3 km de distância de ambas as vias. Para isso tomou-se posse do método dialético com suporte na teoria do materialismo histórico, com os procedimentos metodológicos, composto por pesquisa bibliográfica e de campo, instrumentos de pesquisa como, rodas de conversas, entre outros. Nesta pesquisa, o enfoque teórico trata acerca das definições e principais debates sobre território e territorialidade, sobre os quais são apresentados como fatores de fundamental importância do entendimento das comunidades tradicionais, preferencialmente, as comunidades quilombolas, sobre as quais são demonstradas e discutidas no presente estudo, expondo determinados conceitos e explanando o histórico das comunidades no país, em seguida abordaremos a comunidade de Canta Galo, ao mostrar seus aspectos geográficos, históricos e seus saberes tradicionais, nos quais a produção de roça aparece como esse principal conhecimento, fazendo parte da identidade quilombola naquele território.

Palavras-Chave: Quilombola; Roça; Território; Saber Tradicional; Canta Galo.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the importance of production of swidden and its association with traditional quilombola knowledge, in the Canta Galo quilombola community, in the city of Itapecuru, state of Maranhão, Brazil, located between the road BR 135 and the railroad of Carajás. The city is 3km from both roads. For this, the dialectical method was used with support in the theory of historical materialism with the methodological procedures, composed by bibliographic and field research and circles of conversations among others were used as research instruments. In this research, the theoretical focus deals with the definitions and main debates about territory and territoriality, which are presented as factors of fundamental importance for the understanding of traditional communities, preferably quilombola communities, about which are demonstrated and discussed in the present study exposing certain concepts and explaining the history of communities in the country then, we will approach the Canta Galo community, by showing its geographic, historical aspects and its traditional knowledge, in which the production of swidden appears as this main knowledge, being part of the quilombola identity of that territory.

Keywords: Quilombola; Swidden; Territory; Traditional Knowledge; Canta Galo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor e consumidor da minha vida.

Aos meus pais, Ronivon e Claudilene, por todo amor, compreensão e apoio incondicional, a vocês todo o meu amor e gratidão.

Ao meu irmão, agradeço imensamente por todo apoio e incentivo.

Aos meus avós, exemplos de força e inspiração, obrigada pelas infinitas orações.

Aos meus tios e tias, obrigada por sempre me apoiarem na busca dos meus objetivos.

A toda minha família, pelos momentos de companheirismo e alegria.

A toda comunidade quilombola de Canta Galo, que me recebeu de braços abertos, e se disponibilizaram com todo suporte para o desdobramento dessa pesquisa, obrigada pela receptividade e por todas as contribuições, sem essas pessoas o desenvolvimento do trabalho não seria possível

Ao meu orientador Professor Ademir Terra por toda orientação e suporte desde o início da pesquisa.

Meus agradecimentos a todo o corpo docente do Curso de Geografia- Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

A minha prima Simone, pelo conforto nos momentos difíceis.

As minhas amigas, Maria José e Karol, por sempre acreditarem na minha capacidade.

A todos os meus amigos, gratidão por sempre me apoiarem e estarem do meu lado.

Ao meu amigo Ives Eduardo, companheiro de Graduação, gratidão pelos momentos de confiança, alegrias e companheirismo.

Agradeço aos meus amigos da Graduação, em especial Carlos Daniel, Vivian Estrela, Wilane Ferreira, Ives Eduardo, Francisco Viana, Lucas Carvalho e Cesar Fonseca, por todo apoio e companheirismo durante os anos da graduação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Prédio do Grupo Escolar em Itapecuru-Mirim, MA

Figura 2- Ponte em Itapecuru-Mirim, MA

Figura 3- Localização da comunidade

Figura 4- Placa de Canta Galo

Figura 5- Praça do Mangal

Figura 6- Praça do Mangal

Figura 7- Casa em Canta Galo

Figura 8- Festejo do Glorioso Divino Espírito Santo

Figura 9- Festejo da comunidade

Figura 10- Biblioteca Quilombola

Figura 11- Escola na comunidade

Figura 12- Museu da comunidade

Figura 13- Camponês na roça

Figura 14- Camponês e a roça

Figura 15- Roça da comunidade

Figura 16- Cozinha comunitária

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais produtos colhidos na comunidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CAPÍTULO 1 - ABORDAGENS TEÓRICAS PARA COMPREENSÃO.....	13
2.1	Território	13
2.2	Territorialidade	18
3	CAPÍTULO 2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS	20
3.1	Comunidades Quilombolas.....	21
3.2	Caracterização histórico-geográfica do município Itapecuru- Mirim.....	25
3.3	Comunidade de Canta Galo.....	26
4	CAPÍTULO 3 -SABER TRADICIONAL.....	33
5	CONCLUSÃO.....	39
	REFERÊNCIAS.....	40

1INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a importância e como a produção de roça associa-se a um saber tradicional quilombola, na comunidade quilombola de Canta Galo, no município de Itapecuru-Mirim, no Maranhão. O trabalho, decorre da pesquisa desenvolvida junto à comunidade durante a graduação, mais especificamente no programa de extensão (PIBEX), onde foi vivenciado por alguns meses no povoado, em 2019 e 2020.

As comunidades quilombolas foram formadas pelos africanos insurgidos contra o sistema escravocrata no período colonial brasileiro, os quilombolas resistiram por muito tempo a esse regime, onde lutavam constantemente.

É ressaltado no trabalho o roçado como parte da identidade quilombola, e o território onde essas relações são criadas e desenvolvidas, constituindo assim a territorialidade. Para isso a importância do entendimento sobre tais conceitos.

Fuini (2014), pontua que há diversas ramificações sobre o território. Nas premissas do autor, ainda que haja um conceito básico, o território se desdobra para além de uma só características, mas possui aspectos políticos, econômico, cultural, além de desencadear a territorialização e desterritorialização e reterritorialização.

Para Fernandes (2012), o território é o espaço de vida onde o camponês se estabelece como uma unidade familiar, podendo, muitas vezes, abrigar mais de uma família, todos envolvidos numa atividade predominantemente agropecuária que contribui, inclusive, com a provisão de produtos agrícolas requisitados pelos centros urbanos.

É necessário na presente pesquisa compreender o território como o espaço onde as comunidades quilombolas expressam seu modo de vida particular, estabelecendo conhecimento e relações únicas dentro deste.

Saquet (2007), pontua que a territorialidade só existe quando há uma relação de ambiente e indivíduo, com diversos níveis de interação. “Território é o conteúdo da relação e a relação mesma do homem com seu-ser-outro, que é ele mesmo próprio, ou seja, é resultado e condição das territorialidades e temporalidades efetivadas entre os sujeitos sociais e destes com sua natureza exterior em cada relação espaço-tempo-território” (SAQUET, 2011, p. 80).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, lançamos mão do método dialético e no aporte do materialismo dialético que através juntamente aos recursos

metodológicos deram consistência e sustentação teórica, inicialmente através de consultas bibliográficas utilizando documentos, artigos, monografias, livros, teses e demais produções acadêmicas, e através das práticas vivenciadas na comunidade quilombola onde foram coletadas as informações necessárias, para fundamentar as afirmações e concepções da presente pesquisa.

No desenvolvimento deste trabalho, no primeiro capítulo são apresentadas as análises teóricas, alguns conceitos que norteiam a pesquisa. No segundo é explanado sobre comunidades tradicionais e comunidades quilombolas. No terceiro é abordado sobre o saber tradicional quilombola e como se desenvolve na comunidade de Canta Galo.

2. ANÁLISES TEÓRICAS PARA COMPREENSÃO

2.1 Território e Territorialidade

Território e territorialidade são dois conceitos da geografia, que dependendo da abordagem são complexos de estabelecer bases conceituais. Apesar da vasta produção bibliográfica, ainda são discussões que divergem entre os atores, pois cada um determina o conceito de acordo com seu ponto de vista.

Contudo, para fins de sistematização das ideias, apresentaremos neste capítulo os principais autores do tema. Em um primeiro momento, apresentaremos o conceito de território e suas complexidades, e da mesma forma, logo a diante, apresentaremos o conceito de territorialidade. Por fim, apresentaremos a relação entre ambos e como se aplicam dentro do contexto real do espaço geográfico.

Assim, partindo de uma definição simples, podemos caracterizar o território como uma área delimitada sobre posse de algo ou alguém, não necessariamente sendo humano. No entanto, na geografia, o conceito de território está intrinsecamente atrelado ao poder, pois se o território em sua dimensão básica consiste em uma área delimitada sobre posse de alguém, o espaço geográfico é repleto de territórios.

A exemplo, para tornar a compreensão mais fácil, podemos dizer que a propriedade privada de cada indivíduo, sua casa, é um território, pois é uma área delimitada que está sobre posse e poder do seu proprietário. Da mesma forma podemos aumentar a escala para nível de unidade federativa ou país, que também tem seus limites estabelecidos e estão sobre jurisdição de autoridades políticas.

No entanto, o conceito de território se desdobra para além de territórios e suas posses e se expande para as relações conflituosas e tendenciosas que se apresentam no espaço geográfico. Mas antes de compreendermos essas questões, é importante destacar o que pensam os autores da área sobre o conceito de território e suas ramificações.

As colocações já feitas até aqui, de que o território é o recorte parcial que é definido e apropriado pelo controle de determinadas áreas, estão em consonância com o pensamento de autores como (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007; SPOSITO, 2004), que além de conceituarem dessa forma, entendem que essa complexidade é marcada por aspectos econômicos, políticos e culturais.

Segundo Raffestin (1993), o território é um espaço (ou uma produção a partir do espaço) onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que revela

relações marcadas pelo poder. O autor ainda pontua que esse conceito envolve tanto o material, como a imaterialidade, pois há embutido em relações de posse e poder, situações que não envolvem a questão de posse.

[...] pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. (MORAES, 2002, p.74)

Ou seja, o território na visão de Moraes (2002) e em consonância com as assertivas de Raffestin (1993), ultrapassa a dimensão territorial de posse, e de ramifica para as questões militar, econômica, jurídica e até ideológica. É um alto escalão de complexidades que precisam ser revistas.

Haesbaert (2006) explica que a dimensão política se refere ao Estado, ou seja, o fato de o Estado intervir nas relações territoriais. A dimensão econômica segundo o autor, ocorre por meio dos processos de produção e reprodução do território, envolvendo a produção agrícola, camponeses, exploração, lutas e classes e outros similares. E em termos culturais, o autor destaca que o território está associado há aquele que o habita, pois este constrói sua identidade sobre o espaço, sendo ela individual ou coletiva.

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Com a citação de Haesbaert (2006), já seria possível entrar nas entrelinhas da territorialidade. Contudo, ainda há outros pontos a serem abordados sobre o território. Terra e Viana (2021), entendem que segundo Fernandes (2012), o território é o espaço de vida onde o camponês se estabelece como uma unidade familiar, podendo, muitas vezes, abrigar mais de uma família, todos envolvidos numa atividade predominantemente agropecuária que contribui, inclusive, com a provisão de produtos agrícolas requisitados pelos centros urbanos.

Sack (1986), apresenta a definição de território mais aplicada a questão do Estado, sobretudo a relação Estado-nação e a dimensão humana que está envolta

sobre isso. Segundo o autor, o território está associado à posses e atributos do Estado (em uma escala maior), e a sociedade e suas individualidades (escala menor).

Milton Santos (1996), já discorda que o território seja interpretado como exclusivamente sobre a ótica do Estado-nação, mas como um território usado, ou seja, o território é utilizado. É visto como o conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado, além de acolher novos recortes, podendo ser formado no período contemporâneo por lugares contíguos e lugares em rede (FIUNI, 2015).

Ainda segundo Santos e Silveira (2001),

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluído a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente como o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

Santos e Silveira (2001), apresentam na citação acima, pontos mais claros e específicos sobre o território. Entendem que o território está relacionado com questões estruturais, edificações, atividades engenhais e outras. Isso é o território cotidiano, para além dos conceitos teóricos.

Como o autor pontua, quando a população migra, se desloca, vai de um território em direção a outro. A forma como a agricultura se distribui sobre a terra e para onde vai a expansão da fronteira agrícola. Entender sobre as relações de cidadania, as legislações que atuam sobre o espaço geográfico e tudo que circula e se desdobra sobre ele, tudo está incluído no conceito de território.

Fuini (2014), pontua que há diversas ramificações sobre o território. Nas premissas do autor, ainda que haja um conceito básico, o território se desdobra para além de uma só características, mas possui aspectos políticos, econômico, cultural, além de desencadear a territorialização e desterritorialização e reterritorialização.

O território político seria um espaço normativo, característico da dominação do Estado-nação, com as especificidades das fronteiras, dos controles e gestão de recursos e fluxos naturais. Indo para um exemplo prático, é o estabelecimento dos limites territoriais do Brasil, e sobretudo a sua soberania nacional. País, Estado ou Província, município; projetos de controle estatal, conflitos entre fronteiras, distribuição de recursos públicos, distribuição geográfica de políticas e serviços públicos. (FUINI, 2014, p. 223).

O território econômico estaria mais ligado a lógica da iniciativa privada. Não somente, mas principalmente, sobretudo pelas relações entre os donos dos meios de produção e os grupos sociais excluídos. É o uso do território para a produção e acumulação de capital. Entra nessa tipologia tanto os circuitos inferiores quanto os circuitos superiores da economia.

No território cultural, apresenta-se a característica majoritariamente imaterial, mais simbólica, que segundo o autor é definido pelas relações de apropriação e representação construídas pela lógica do cotidiano, tanto pessoal quanto coletivo, criadora de sentimentos de pertencimento e de identidade com o lugar ou os lugares.

A territorialização se refere a ação, ambientação, habitação ou construção de novos territórios. Podem ser inovadores ou conturbações de territórios já existentes. No Brasil, assim como na maioria dos países subdesenvolvidos, pode ocorrer tanto de forma planejada, quando de forma espontânea. Na planejada geralmente é para a construção de condomínios fechados, marcados sobretudo pelas características de verticalização e que ocorrem sobretudo nos espaços urbanos.

Já as de forma espontânea são as mais comuns, principalmente nas áreas que estão fora da região metropolitana de uma cidade. Geralmente são famílias ou comunidades que não possuem habitação formal e acabam por se aglomerar em áreas não propriamente residenciais. Esses territórios também são espaços que se territorializam e começam a apresentarem características próprias.

A desterritorialização ocorre de forma contrária ao conceito anterior, pois aqui se há uma desocupação de territórios já ocupados. Segundo Fuini (2014), envolve o desenraizamento e a desorganização de territórios pela saída ou perda de vínculos indenitários da população que constitui um território/territorialidade, ou pela ação externa de comandos estatais ou corporativo-empresariais que inserem novas lógicas de modernização capitalista e de controle político estranhos ao território.

Podemos aplicar isso na dimensão prática. Comunidades que são retiradas de seus territórios para expansão da fronteira agrícola. Ocorre também em áreas de preservação ambiental, do qual muitas famílias que habitam nessas regiões, agora sofrem restrições e a tentativa de remaneja-las para espaços alheios a suas condições de vida.

E por fim, o processo de re-territorialização, que é um metaverso, pois aquele território perdido ou tomado, volta a ser habitado.

É o movimento ou ação de reconstrução de vínculos indenitários e de enraizamento de grupos populacionais e atividades em territórios, em uma reorganização territorial influenciada pelo cruzamento com novas lógicas sociais. (FUINI, 2014, p. 2014).

No entanto, não se trata somente de um espaço econômico, militar ou capitalista, visto ser também constituído de territorialidades, formadas por princípios e valores. É o lugar, ou os lugares, em que uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência.

Essa construção é, portanto, multifacetada, pois além das questões materiais, há uma certa imaterialidade. Isso pode ser explicado, a princípio, de forma clara, pois o território é possuído como já foi mencionado e que, o possui constrói em seu entorno relações com esse espaço. Essa construção é carregada de diversas manifestações, principalmente as afetivas e culturais.

Santos (2002), classifica a apropriação do território como “território usado. Segundo o autor há uma certa fixação de ações e atividades realizadas que relacionam o espaço humano e o espaço habitado. “Territórios usados são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano e espaço habitado” (SANTOS, 2002, p. 16). Onde se encontram as horizontalidades (lugares vizinhos, continuidade territorial, espaço banal) e as verticalidades (pontos distantes uns dos outros ligados por formas de processos sociais, redes). (FUINI, 2014, p.226).

Ou seja, o território é usado, utilizado e desse uso e utilização ocorre os apegos e aceitação em relação a ele. Dentro do território os seus habitantes herdaram e transformam o espaço, estabelecendo, portanto, suas especificidades, que no caso se aplicam aqui a vida social.

2.2 Territorialidade

Sack (2011), utiliza uma dimensão mais radical quando se trata da territorialidade, pois para o autor “a territorialidade pode ser compreendida como uma “estratégia geográfica” com a qual “se controla pessoas e coisas através de controle de áreas”, sendo em termos práticos usual expressar a territorialidade por meio de “territórios políticos e propriedades privadas” (SACK, 2011, p. 63).

Segundo as pontuações do autor, além da posse do território, há também uma certa posse sobre quem o utiliza. Sack (2011), enfatiza sobretudo os territórios políticos, bem demarcados e também as propriedades privadas, que podem se desdobrar em aspectos econômicos, intrinsecamente capitalista, ou econômicos do ponto de vista da subsistência ou de relações mais simples que essa.

Por exemplo as comunidades tradicionais, que produzem para reproduzir seu modo de vida, porém não estão somente a esse binômio, “produção-reprodução”, mas todas as práticas realizadas no território camponês são marcadas por traços de apego e afetividade por com essas atividades e costumes que lhes foram passadas e que posteriormente serão repassadas como herança, isso também é territorialidade.

A própria legislação brasileira reconhece esse aspecto quando destaca que as comunidades tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas de vida próprias de organização social que ocupam e usam territórios e seus territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007).

No caso das comunidades tradicionais, uso do território não possui fins lucrativos ou de uma posse idealizada, pois é visto como o espaço de sua sobrevivência e que deve ser cuidado e entendido como o espaço do qual é efetivado e importante para a sua sobrevivência e a de seus familiares. O uso do espaço para atividades religiosas, para fins alimentícios, ligações familiares e etc.

No entanto, a territorialidade não se aplica somente aos espaços de cultura tradicional, pois nas zonas urbanas ela também pode se manifestar. Nos centros religiosos, nos apegos a bairros específicos, nas associações de moradores e até mesmo em espaços rugosos como shopping centers e espaços mais comerciais. Tudo depende de como o espaço está sendo usado por seres humanos, sobretudo.

De acordo com Sack (2011, p 76) “pensar em territorialidade somente como controle de área é uma definição reduzida”, pois justamente perde esse caráter mais humanitário. Sack (2011, p. 76) define a territorialidade como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”, que passa a ser chamada de território.

Saquet (2007), pontua que a territorialidade só existe quando há uma relação de ambiente e indivíduo, com diversos níveis de interação. “Território é o conteúdo da relação e a relação mesma do homem com seu-ser-outro, que é ele mesmo próprio, ou seja, é resultado e condição das territorialidades e temporalidades efetivadas entre os sujeitos sociais e destes com sua natureza exterior em cada relação espaço-tempo-território” (SAQUET, 2011, p. 80).

Para Raffestin (1993), a territorialidade reflete a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial por membros de uma coletividade social. É multidimensional porque envolve a questão sociedade, espaço e tempo, aplicada e estabelecida pelos habitantes.

Haesbaert (2006), faz uma assertiva sobre essa multiterritorialidade:

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Quando o autor destaca que vai do mais concreto ao mais simbólico, significa dizer que além da delimitação do território, o sujeito constrói sua identidade simbólica no local. É o antepassado que está sepultado no local, é habitação herdada pelos pais, pela fonte gratuita e autônoma de alimento, isso quando se aplica a comunidades tradicionais. É assim que se constrói essa multiterritorialidade conceituada pelo autor.

Poderíamos tratar então de territorialidade associada a grupos sociais, eventos culturais e religiosos, intervenções públicas, investimentos privados, etc. A territorialidade se expressa em espaços e tempos distintos e, às vezes, simultâneos, como é o caso dos centros urbanos, com as territorialidades do comércio entrecruzadas pelas territorialidades das tribos urbanas, do trânsito, das igrejas, enfim, com a justaposição de territorialidades sagradas e profanas. Até mesmo podemos tratar de territorialidades cíclicas, com o uso de espaços urbanos pela atividade empresarial durante o dia e, à noite, pela prostituição e por usuários de drogas, por exemplo (SOUZA, 1999).

A citação acima, explicita como a territorialidade é multifacetada, pois pode se estabelecer em diferentes territórios. Parece um trocadilho, contudo é fácil de compreender se aplicarmos nisso a questão prática. O importante é não correr o risco de achar que a territorialidade se manifesta somente em espaço de comunidades tradicionais.

3. Populações Tradicionais

O índice de urbanização no Brasil pulou de 31,3% para 81,2% na década de 1960. Atualmente no século XXI, a maioria da população brasileira e mundial vive nos centros urbanos, apesar desse processo da expansão da urbanização, ainda restam áreas tidas como espaços rurais, onde alguns são tomados por indústrias agropecuárias, e outras, a minoria, possuem traços nativos, tanto em habitação vegetal quanto humanística. É geralmente nessas áreas que vivem as comunidades tradicionais que Diegues (2001) caracteriza como aquelas populações que possuem dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida (DIEGUES, 2001, 9.47).

As comunidades tradicionais são caracterizadas pelo seu modo singular de viver, um conceito exato dos povos e comunidades tradicionais acabaria excluindo as multiplicidades existentes, suas particularidades se dão principalmente no âmbito cultural, entretanto são diversas as semelhanças que as definem. Brandão, define essas semelhanças, abordando:

Comunidade tradicional constitui-se como um grupo social local que desenvolve: a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b) saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis; d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2010, P. 37)

De certo, as populações tradicionais possuem um modo de vida específico, com uma relação única entre si, o território e a natureza, e mesmo sendo estudado e

discutido sobre o assunto por muitos pesquisadores, não existe um conceito específico.

O Decreto no 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por exemplo, define tais populações como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Destacando também as populações tradicionais como populações que detém um conhecimento vasto sobre a natureza, ou melhor sobre o ambiente onde elas estão inseridas. Diante disso, pensar em populações tradicionais, trazem à tona toda uma multiplicidade que as “definem” e constroem suas identidades.

3.1 Comunidades Quilombolas

As comunidades quilombolas são grupos étnicos - predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias (BRASIL, 2003).

O quilombo como forma de organização e resistência ocorreu em todos os lugares da diáspora africana, impulsionado pela prática da escravidão, em que os países europeus utilizavam os africanos escravizados como moeda de troca, das colônias extrativistas para obter o produto. Eram removidos e afastados de suas terras, seus países, e levados para outras nações para o trabalho escravo em garimpos, engenhos e grandes fazendas. Embora os escravistas usassem várias técnicas para evitar criar condições favoráveis, os africanos e seus descendentes conseguiram se organizar e criar comunidades que resistiam à prática da escravidão.

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caças aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os

rancheadores tinham costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravistas e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos. (MOURA, 1991)

No Brasil a proibição da escravidão foi estabelecida formalmente pela lei Áurea em 13 de maio de 1888, no entanto não designou a admissão de negros e negras aos seus direitos e o isolamento destes pela sociedade, não garantindo igualdade, nem vantagem para tais. Os ex-escravos diferente disso, foram expulsos das terras em que viviam (LEITE, 2000). Muitos deles refugiaram-se nas periferias urbanas, e outros nas comunidades quilombolas, adentrando na mata em busca de refúgio. Conseqüentemente, os que buscaram amparo nas áreas rurais, acabaram por se isolar em comunidades quilombolas distantes das cidades, dos espaços urbanos, tendo como justificativa o medo de que a Lei Áurea viesse a ser revogada e que o sistema escravocrata retornasse ao país (BARRETO, 2006). Ademais ocorreu situações de abandono dos negros escravizados por seus senhores, que se firmaram em comunidades a fim de garantir sua sobrevivência, sobretudo na província do Maranhão.

Os quilombos existiram em todo o período da escravidão, existindo especificidades quanto ao modo de organização, tamanho, estruturas variadas, e localização, alguns nas cidades ou centros urbanos, outros em áreas rurais, ou locais com o acesso mais difícil, como nas florestas, todos eles se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos. Essa diversidade, se encontrava com inúmeras semelhanças, todos fugiam do sistema escravista e resistiam fisicamente e culturalmente. Outra especificidade dos quilombos do Brasil é a semelhança com os quilombos africanos, Munanga aborda:

O quilombo brasileiro é uma cópia do quilombo africano, reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos. (MUNANGA, 1995)

Os escravizados não só trabalhavam nas plantações, a exploração não se dava apenas nas fazendas, mas também nas minas extrativistas, no sertão do gado, também tinham os escravos urbanos e os escravos domésticos. A organização em unidades complexas era uma característica da agroindústria de exploração colonial, mas a escravização não se dava somente nas grandes fazendas, mas em todos os níveis econômicos (ALENCASTRO, 2000).

A palavra quilombo segundo Moura (2004), é de origem banto que, durante a escravidão no Brasil significou ajuntamento de escravos fugidos. De acordo com a Fundação Palmares (2011) quilombolas “são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de resistência e religiosas ao longo dos séculos.”

Oficialmente, a primeira definição de quilombo foi feita pelo conselho ultramarino de Portugal, em 1740. A definição surgiu em um momento histórico em que a situação nas colônias portuguesas (principalmente no Brasil do século XVIII) era o ressurgimento da escravidão, com a construção de senzalas semelhantes a presídios para desencorajar a fuga constante de escravos fugitivos.

Com o crescente aumento das fugas a tipologia das senzalas foi se transformando em algo semelhante aos presídios, prédios alongados, sem janelas, insalubres. (FINEP-GAP, 1983).

Sendo a definição: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

A partir da luta dos movimentos negros rurais no Brasil surge o termo quilombo ou quilombola, onde a luta destinava-se ao estado brasileiro para que considerasse e gerasse políticas particulares para esses povos, que lutavam contra a discriminação racial e o preconceito que continuou ainda depois da abolição da escravatura e que foram prejudicados pelo processo de colonização. O termo quilombola foi integrado na constituição de 1988, se propagando no país no período colonial

Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de novembro de 2003,

Art. 2º - Consideram remanescentes das comunidades dos quilombos para os fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Os quilombos, caracterizam-se antes de tudo como uma forma de luta, de resistência, de grupos que faziam frente ao sistema escravocrata, resistindo e mantendo-se de geração em geração. Nesse sentido, o quilombo é o lugar onde se materializa o binômio resistência/autonomia, sendo a fuga de negros escravizados apenas um dos mecanismos que possibilitou a sua formação, mas não a característica crucial e fundante deste tipo de agrupamento (MUNANGA, 2006).

A formação de quilombos, portanto, não serviu apenas como espaços para plano de manejo de resistências. Ainda que este tenha sido motivo a princípio, as

relações entre os quilombolas, constituídos em um único espaço, foi se ramificando para relações afetivas, que dominaram os quilombos, e que também serviram como subsídio psicológico para conseguirem resistir às opressões do sistema escravocrata. “A cultura quilombola, enquanto esfera social, permite aos indivíduos expressarem seus valores e princípios e vincularem-se de forma simbólica e afetiva ao grupo” (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p.3).

De acordo com Munanga & Gomes (2006), as resistências e lutas que emergiram no período da escravidão, foram marcadas com traços de coragem e coletividade para a conquista de um bem comum: a liberdade. Ainda que com grande repressão, a coletividade foi um dos fatores que influenciou na conquista da abolição, uma vez que a medida em que todos os escravos percebiam seu potencial de resistência e apoio dos seus conterrâneos, sentiam um impulso maior para fazer parte dos movimentos de resistência “A resistência negra cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.” (SILVA, 2012, p.2).

Estima-se que mais de 10.000.000 (dez milhões) de africanos foram escravizados pelo sistema colonial. Destes, aproximadamente 4.000.000 (quatro milhões) aportaram no Brasil entre 1530 e 1850 (Alencastro, 2000).

O Estado do Maranhão tem uma grande presença das comunidades quilombolas, se caracterizando como um dos estados da federação onde encontram-se os maiores números de comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). A significativa presença de comunidades quilombolas no Maranhão atualmente resulta do processo histórico de ascensão econômica desse território, sobretudo no século XVIII. A partir da fundação da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão, empreendimento comercial implementado pela gestão pombalina na segunda metade do século XVIII, houve um crescimento significativo de escravos africanos na região. Até 1755, calcula-se que entraram 3 mil escravos no Maranhão, no período de existência da Companhia, entre 1755 e 1777, este número saltou para 12 mil.

As comunidades quilombolas são comunidades tradicionais que abarcam uma diversidade de estudos, com uma variedade de conceitos de diversos pesquisadores, como já visto, as comunidades foram formadas pelos africanos insurgidos contra o sistema escravocrata, onde resistiram por séculos contra o regime, ao se tratar das comunidades quilombolas deve vir à tona toda a luta que essas

populações sofreram e sofrem continuamente, e também à resistência vivida por tais, onde seu modo de vida, cultura, tradição são vivenciadas e lembradas constantemente dentro do seu território.

3.2 Caracterização histórico-geográfica do município Itapecuru-Mirim

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2017), o município Itapecuru-Mirim está situado na Microrregião Geográfica Itapecuru-Mirim, à 44° 21' 31" de longitude oeste e 03° 23' 3" de latitude sul, possuindo uma área territorial de 1.186,2 Km² (IBGE 2017), se constituindo como a 17^a cidade maior do estado, sendo a mais importante da microrregião de Itapecuru-Mirim. Limita-se com os seguintes municípios maranhenses, Santa Rita e Presidente Juscelino ao norte, com Cantanhede ao sul, com Presidente Vargas e Vargem Grande ao leste, e com os municípios de Miranda do Norte e Anajatuba a oeste, foi fundado em 1817 às margens do rio Itapecuru, como vila do Itapecuru-Mirim, elevando-se a categoria de cidade em 1870.

O município ocupa a décima oitava posição entre as cidades mais populosas do Maranhão (IBGE, 2010), o seu povoamento teve início na margem direita do rio Itapecuru, (Figura 1 e 2) em data anterior a 1768, ano em que os moradores da ribeira pediram ao rei de Portugal alvará de confirmação da vila, que ali fora fundada por ordem régia. A corte Portuguesa determinou então, ao governador da província que, após serem ouvidas as autoridades competentes, lhe fosse enviada a ordem de criação, esta não foi encontrada, razão por que a situação perdurou até 1818, quando foi lida, na presença do clero, da nobreza e do povo, convocados para esse fim, a provisão régia de 27 de novembro de 1817, determinando a criação da vila, desmembrada do município de São Luís. Foi elevada à categoria de cidade em 1870 (IBGE, 2010).

Figura 1- Prédio do Grupo Escolar em Itapecuru- Mirim, MA



Fonte: IBGE, 2017

Figura 2- Ponte em Itapecuru-Mirim, MA



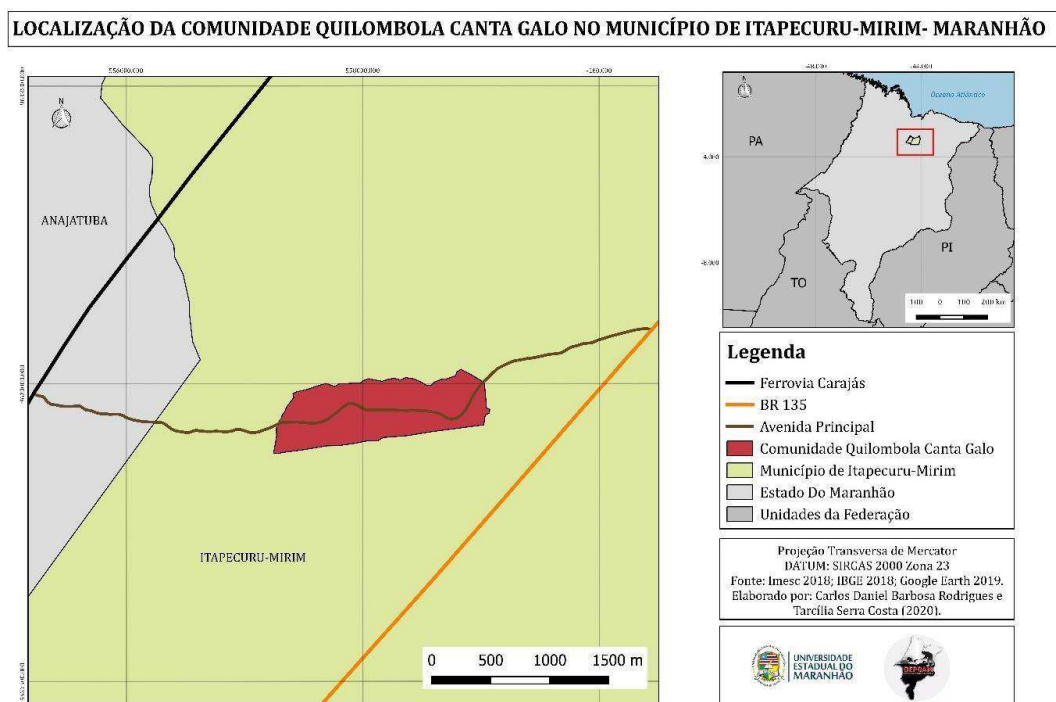
Fonte: IBGE, 2017.

3.3 Comunidade Quilombola de Canta Galo

A comunidade quilombola Canta Galo é certificada pela Fundação Palmares (FCP) como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) sob o registro Nº 853, FL 65, portaria 08 em 30 de janeiro de 2007.

O povoado localiza-se nas coordenadas geográficas 3°20'55.82" Latitude Sul e 44°28'42.20" Longitude Oeste, no município de Itapecuru-Mirim na bacia hidrográfica do rio Itapecuru, Mesorregião Norte Maranhense, estado do Maranhão, distante 108 Km de São Luís, capital do estado.

Figura 3- Localização da comunidade



Adaptado: Rodrigues e Costa, 2020

A comunidade é composta por 50 famílias (Figura 4), que habitam residências construídas principalmente de alvenaria, mas possui também habitações de taipa, todas elas foram construídas pelos próprios moradores.

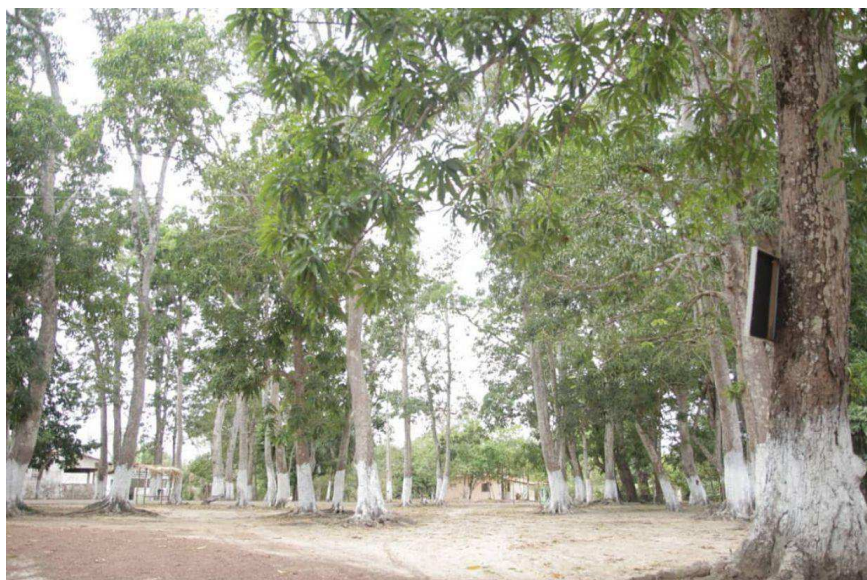
Figura 4- Placa de Canta Galo.



Fonte: Trabalho de Campo, 2020.

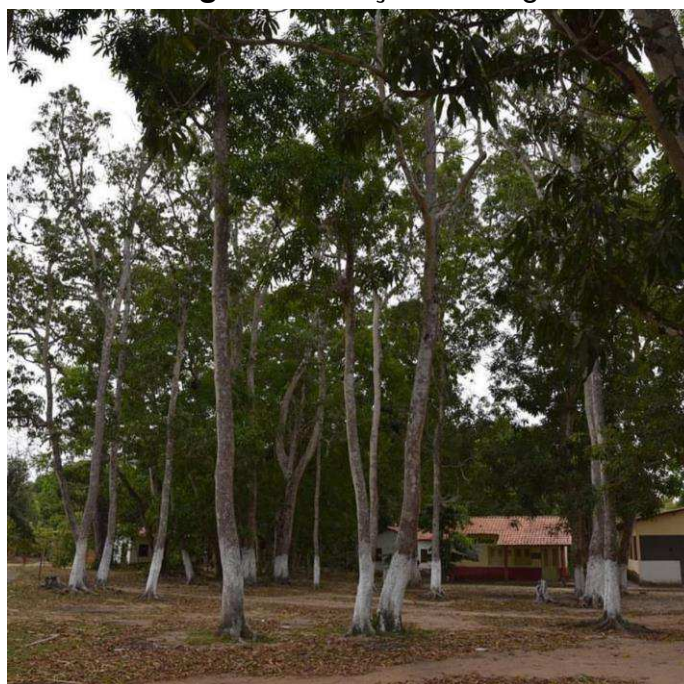
A água utilizada pelas famílias é proveniente de poços artesianos e tradicionais, respectivamente, 3 e 2 poços, possuem energia elétrica, apenas uma operadora de telefonia no povoado, as demais operadoras disponibilizam seus serviços somente na praça denominada Mangal (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Praça do Mangal



Fonte: Trabalho de campo, 2020

Figura 6 - Praça do Mangal



Fonte: Trabalho de campo, 2020

Canta Galo se caracteriza como uma comunidade tradicional, apesar de possuir suas especificidades, uma vez que se trata de uma comunidade

remanescente de quilombos, ou seja, se configura como uma comunidade tradicional quilombola, além de já ter sofrido algumas intervenções urbanas, sobretudo por parte de empresas mineradoras, o que não desencadeia perda das características que conceituam as populações tradicionais num todo.

A comunidade possui seus traços de territorialidades, herdados desde o período colonial. Ainda que contemporaneamente continuem com movimentos de resistências ativas contra o sistema de produção capitalista, essa comunidade mantém seu modo de vida consoante com a tradicionalidade que uma comunidade quilombola requisita. No interior da comunidade por exemplo, é muito comum observar casas construídas empregando como matéria prima somente o barro de argila (Figura 7) que apesar de hoje não somarem como a maioria da comunidade, ainda fazem com que os quilombolas lembrem das suas origens, e que os moradores não pretendem se desfazer devido ao apego com tais tradições.

A territorialidade camponesa na comunidade Canta Galo, é evidenciada através de suas atividades, que valorizam a tradição de seus antepassados, que resistiram desde o período colonial, e continuam mantendo até os dias atuais, passando de geração a geração.

Figura 7 - Casa em Canta Galo



Fonte: Trabalho de campo, 2020

O mês de agosto é socialmente mais agitado para os comunitários devido à festa do Glorioso Divino Espírito Santo (Figuras 8 e 9), trata-se de uma única festa do ano na comunidade, todos se unem para organizá-la, tendo em vista que esta é extremamente rica em detalhes, pois nela se expressa a cultura da comunidade, por

isso mesmo atrai muitos visitantes dos povoados do seu entorno e também dos municípios vizinhos. Sem a mesma dimensão da festa do Glorioso Divino Espírito Santo, os comunitários promovem, no mês de janeiro, o tambor de crioula em homenagem à São Sebastião, quando a comunidade se reúne para dançar e homenagear o santo.

Figura 8- Festejo do Glorioso Divino Espírito Santo



Fonte: Trabalho de campo, 2020

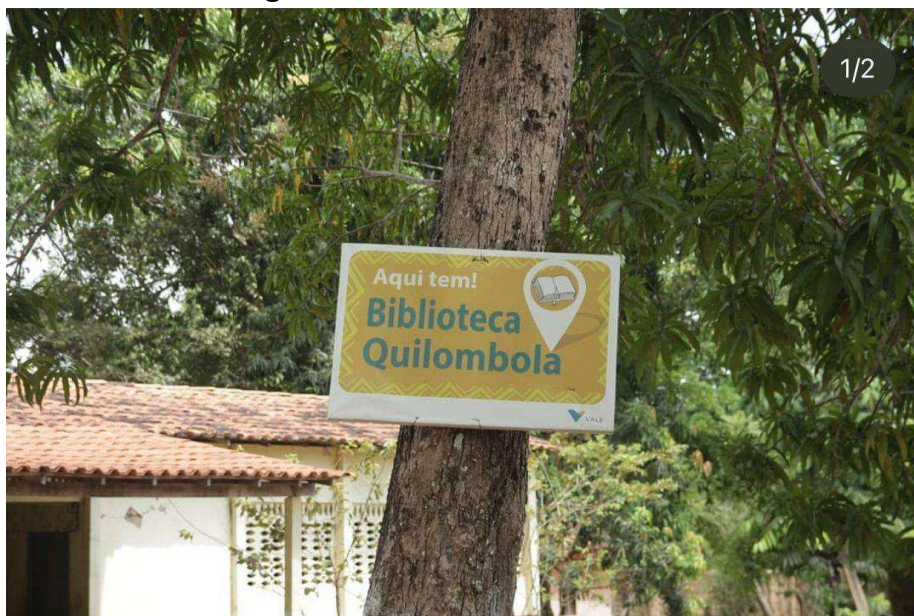
Figura 9 - Festejo na comunidade



Fonte: Trabalho de campo, 2020

A comunidade abriga em seu território uma escola, a qual não está em funcionamento (Figura 11), mas hospeda e funciona a biblioteca quilombola (Figura 10) um espaço reservado para o fortalecimento da leitura quilombola.

Figura 10 - Biblioteca Quilombola



Fonte: Trabalho de campo, 2020

Figura 11 - Escola na comunidade



Fonte: Trabalho de campo, 2020

Encontra-se também em Canta Galo o museu denominado “Meu Quilombo, Minha História”, (Figura 12) que foi construído com o objetivo de preservar o patrimônio material da comunidade, trata-se de uma construção aos moldes de uma casa de taipa referenciada nas antigas casas encontradas nas comunidades

quilombolas do Maranhão. É abrigado no museu uma rica diversidade de artefatos culturais, que servem como preservação da memória viva da cultura da comunidade.

Figura 12 - Museu da comunidade



Fonte: Trabalho de campo, 2020

4. SABER TRADICIONAL QUILOMBOLA

As comunidades quilombolas possuem em seus modos de ser, fazer e viver, práticas consideradas tradicionais, carregam consigo riquezas culturais, de relações íntimas com a natureza, onde carregam seus valores culturais, também através do repasse e da prática desses saberes.

Os saberes tradicionais quilombolas associam-se a um extenso conhecimento sobre a natureza e a cultura passada e preservada ao longo dos anos, ao longo de várias gerações, conhecimentos tradicionais de extrema importância, devido a maneira diferente de usar e manejar a terra, utilizando maneiras sustentáveis, pois possuem uma dependência da natureza para sua própria subsistência e/ou obtenção de renda, pelas relações estabelecidas com o seu território, construindo então sua identidade e constituindo assim suas territorialidades.

Sistema agrícola tradicional é o conjunto de elementos, desde os saberes, mitos, formas de organização social, práticas, produtos, técnicas e artefatos e outras manifestações associadas que envolvem espaços, práticas alimentares e agroecossistemas manejados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Nesses sistemas culturais, as dinâmicas de produção e reprodução dos vários domínios da vida social ao longo das vivências e experiências históricas orientam processo de produção de identidades e contribuem para a conservação da biodiversidade. (IPHAN, nota técnica 23/2016).

A preservação da cultura quilombola e sua organização estão diretamente ligadas ao território (CARRIL, 2019). Os quilombolas utilizam a terra de forma simultânea, como para a produção e cultivo, seus sistemas de produção, seus modos tradicionais de fazer agricultura que são praticados há milhares de anos, feitos individual ou coletivamente e que são compartilhados entre si, são tradições passadas de geração a geração e que retratam seu modo de vida até os dias atuais.

O território serve para garantir a sobrevivência das comunidades quilombolas, e também se constitui como base da produção e reprodução do conhecimento tradicional, o modo de vida das comunidades se estabelece no território, por intermédio dos conhecimentos tradicionais o território é experienciado e compreendido, por isso, a relação dos quilombolas com o território constitui sua identidade.

Dentre os sistemas agrícolas mais comuns nas comunidades está a produção de roças, que nunca deixou de ser exercida pelos seus membros como uma atividade tradicional e que valoriza sua história, assim como afirma Moura (1977), a

maioria dos quilombos apresenta esse tipo de agricultura, e que esta é, uma ação da comunidade que valoriza a tradição dos seus antepassados, que permanece ou mesmo foram recriadas.

Os roçados são sistemas de produção agrícola secular associados a agricultura de “corte e queima”, prática tradicional que visa o manejo dos recursos naturais com a finalidade de aproveitar o capital energético e nutritivo da vegetação e do solo (Mcgrath, 1987; Rego e Kato, 2017). Esse processo consiste na derrubada de uma parcela da mata sucedida de sua limpeza, queima e incorporação dos cultivos (Padoch e Pinedo-Vasquez, 2010).

Esse sistema agrícola encontra-se presente em todo o território nacional, mantendo uma uniformidade considerável. Apesar de certas variações locais, a estrutura, o tamanho e a composição permanecem praticamente inalterados, indicando uma origem comum (SILVA, 2020).

Mesmo após a Lei de Terras de 1850, que excluía qualquer possibilidade de um ex-escravo ter livre acesso a terra, segundo Souza (2001), em algumas regiões do Brasil, alguns quilombos eram sustentáveis, através da base do cultivo de pequenas roças e teriam acesso ao comércio mantendo relações simbióticas com lavradores e mascates.

O roçado é uma atividade tradicional, com valor e conhecimento histórico para as comunidades tradicionais, que perpassa ao longo dos anos como uma prática agrícola comumente usado nas comunidades quilombolas, na comunidade de Canta Galo, se caracteriza como uma atividade agrícola que sempre esteve presente no território, e com o passar das gerações, a prática continua comum e de importância para os moradores do povoado.

. O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade.

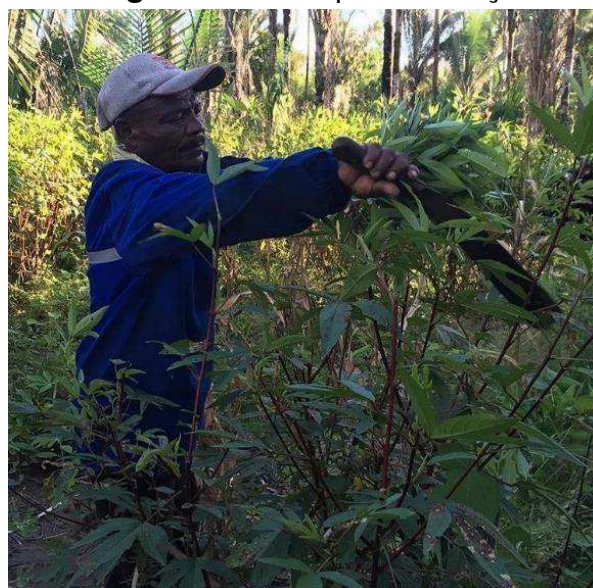
A produção de roça como uma atividade tradicional nunca deixou de ser exercida pelos seus membros, mesmo aqueles com idade mais avançadas (Figuras 13 e 14), ainda continuam cultivando seus roçados, seja por necessidade, apego e/ou afetividade por esta atividade, a qual foi desenvolvida por seus antepassados e deixando-lhes como herança.

Figura 13- Camponês na roça



Fonte: Trabalho de campo, 2020

Figura 14 - Camponês e roça



Fonte: Trabalho de campo, 2020

O sistema de cultivo utilizado por pequenos agricultores, chamado de pousio, roça-de-toco ou coivara, constitui uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização (ADAMS, 2000; OLIVEIRA, 2002)

As roças, ou roças de toco, ou coivaras como são chamadas, isso se deve ao fato dessa prática ser utilizada em várias partes do mundo e englobar um grande

número de técnicas na sua utilização, são constituídas como um sistema agrícola usado pelas comunidades quilombolas desde a formação dos quilombos, é comum o uso nas inúmeras comunidades tradicionais no país, através da relação entre a roça e os quilombolas se cria um conhecimento próprio, um modo de fazer específico, não apenas como um espaço físico, mas referente às relações sociais no território, obtendo assim identificação, é preciso conhecer para escolher as sementes, os locais da plantação, o período de colheita..., essas práticas são dotadas de experiência, conhecimento e significado.

Uma das características mais marcantes que fazem parte da identidade de Canta Galo é o processo de relação entre os integrantes da comunidade. Onde há uma ajuda mútua, uma vez que por mais que cada morador tenha sua roça (Figura 15) é muito comum que o os frutos oriundos da colheita, sejam compartilhados entre eles, sobretudo em períodos festivos, como os festejos religiosos que acontecem no interior dessa comunidade. Conforme afirma Bombardi, “a vida familiar no sítio é, por outro lado, marcada por um contato estreito entre seus membros.”

O sistema de produção do povoado tem como base a agricultura de subsistência, servindo como fonte de alimentos para os camponeses e suas famílias e toda a comunidade, característica particular de uma comunidade tradicional, a outra parte dos produtos são destinados à comercialização, como as feiras que são comuns no povoado.

Os principais produtos plantados na comunidade são: (Quadro 1)

Quadro 1 - principais produtos colhidos na comunidade

Mandioca	Melancia
Abóbora	Milho
Pepino	Quiabo
Maxixe	Feijão
Melão	Banana
Cuxá	

Fonte: Autoria própria, 2020

Figura 15 - Roça da comunidade

Fonte: Trabalho de campo, 2020

Os alimentos oriundos das roças contribuem grandemente na segurança alimentar dos moradores, pois fazem parte do hábito alimentar das famílias e da alimentação das criações, como as aves e suínos, que também fazem parte da alimentação da comunidade. Os moradores sabem que os alimentos advindos do sistema agrícola do povoado são diferentes, mais saudáveis e com o impacto menor no ambiente.

A comunidade possui uma casa da farinha, para a fabricação da farinha de mandioca. Outra importante atividade econômica que mobiliza todos os moradores é a cozinha comunitária (Figura 16) que objetiva a geração de trabalho e renda, na qual homens e mulheres produzem bolos, sucos, pratos típicos provenientes de suas roças e criações.

Figura 16 - Cozinha comunitária



Fonte: Trabalho de campo, 2020

A agricultura tradicional segue sendo o principal meio de subsistência da comunidade, por ser praticada pela maioria das famílias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas são marcadas por traços de coragem, luta e resistência, pois sempre buscaram formas de manter sua tradição e manter viva sua cultura, seu modo de vida.

O território é concedido como um meio pelo qual as comunidades conseguem proteger sua identidade, não apenas um instrumento para fins lucrativos, como é o exemplo das atividades agrícolas desenvolvidas dentro da comunidade de Canta Galo, onde o principal destino da produção é para subsistência, além do território ser concedido como um espaço onde suas identidades se mantêm vivas e constantes.

Diante disso, a territorialidade é vista na comunidade quilombola de Canta Galo ao observar o apego, a afetividade do quilombola ao território, e ao contemplar as inúmeras relações naquele ambiente derivado de toda uma construção social.

As práticas vivenciadas na comunidade possibilitaram uma melhor compreensão sobre a vivência dos quilombolas e como se estabelecem as relações destes com o território. As comunidades quilombolas utilizam a roça desde o início da formação dos quilombos, essa prática é comum em todas as populações tradicionais, fazendo com que as populações, como as comunidades quilombolas exerçam um vasto conhecimento sobre essa prática.

Os conhecimentos exercidos, que são os saberes tradicionais, são conhecimentos passados de geração a geração e compartilhados entre si, possuindo um valor imensurável, como o processo das atividades agrícolas na comunidade, os mais velhos compartilham um conhecimento através das relações existentes, seja na roça, na cozinha comunitária ou ao produzir a farinha, esses saberes tradicionais englobam um conjunto de elementos preservados há milhares de anos, e que constitui a identidade dessas populações.

A comunidade quilombola referida continua construindo suas identidades e exercendo seus saberes tradicionais dentro do seu território, assim como explanado, durante as relações existentes, os saberes tradicionais constituem o histórico da comunidade, sendo a relação com a terra através da produção de roça a principal examinada.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental.** São Paulo: Amablume/FAPESP, 2000. 337p.

BARRETO, Jônatas N. **Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga.** Brasília, 2006.

BOMBARDI, Larissa Mies; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa** (Dissertação de mestrado). 2001.

BRASIL. **Artigo 3º, Inciso I, do decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In **Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos.** Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa)

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em 17 de mai. de 2019.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares (FCP): Canta Galo – Itapecuru Mirim/MA. **Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ)** sob o registro Nº 853, FL 65, Portaria 08 em 30 de janeiro de 2007.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 539-564, 2017.

DIEGUES, A. C. **O Mito da Natureza Intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FINEP-GAP. **Habitação popular/inventário da ação governamental.** Rio de Janeiro, 1983.

FERNANDES, B. M. **Teoria dos Territórios e da questão agrária.** UNESP. São Paulo, 2008. p. 296.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural.** 2014.

FURTADO, Marivania, L.S. **Controle Social e lutas quilombolas no Maranhão: cruzando saberes para garantia de direitos territoriais.** 2020

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002.

MCGRATH, D. G. 1987. The role of biomass in shifting cultivation. **Human Ecology**. 15(2): 221-242

OLIVEIRA, R.R. **Ação antrópica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ**. Rodriguésia, v.53, n.82, p.33-58, 2002.

PADOCH, C. e M. Pinedo-Vasquez. 2010. Saving slash-and-burn to save biodiversity. **Biotropica** 42(5): 550-552

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Human territoriality: Its theory and history**. New York: Cambridge, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. 5. ed., São Paulo: Hucitec, Anpur, 2002, p. 11-14.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos. **A. Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Daniela Messias da. **Roças que conservam a agrobiodiversidade: um estudo sobre práticas agrícolas Yamalapíti, no Parque do Xingu**. 2020.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E., et. al (orgs.), **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, p.77-116.

SOUZA, Douglas Martins. **Comentários doutrinários a respeito do Estatuto da Igualdade Racial**. In: SIMÃO NETO, Calil. São Paulo: J.H.Mizuno, 2011.

SPOSITO, Eliseu. S. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Edunesp, 2004.

Terra, Ademir, and Francisco de Oliveira Viana. A Produção Camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Desafios E Conflitos Socioambientais. **Revista Nera** 58 (2021): 125-14